



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

29 DE JUNHO DE 2017



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
29 DE JUNHO DE 2017

No dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, na Delegação dos Serviços Municipais em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Proposta de adesão da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais;
- 4) Pedido de autorização para transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas (comparticipação nas despesas da XX Semana Cultural);
- 5) Aumento do Capital Social da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e respetiva imputação aos Municípios associados da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Águas Pública no Alentejo.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;
- João Miguel Sítima dos Anéis
- José Luís Potes Pacheco;
- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- Mário José Tirapicos Laranjeiro;
- Joaquim Maria Pinto Bento;
- Helena Isabel Barros Torrão;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar;



Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Dário José Gaiato Anastácio;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta De Freguesia de Alcáçovas.

A falta do membro Dário Anastácio encontra-se justificada pelo facto do mesmo se encontra em prisão preventiva desde 17 de março de 2016, conforme comunicação recebida do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores, à exceção da senhora Vereadora Rosa Barros da Costa.

O senhor Presidente da Assembleia, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, propôs a inclusão dos seguintes pontos na ordem de trabalhos:

- 6) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sporting Clube de Viana do Alentejo;
- 7) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sport Club Alcaçovense;
- 8) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município;
- 9) Proposta de aprovação da 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (inclusão do Projeto “Rota Tons de Mármore”);
- 10) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes do Projeto “Rota Tons de Mármore”;
- 11) Proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno (confirmação de deliberação de 2003).

A Assembleia, por unanimidade, reconheceu a urgência de deliberação sobre estes assuntos e autorizou a inclusão dos mesmos na ordem de trabalhos, ficando a mesma com se segue:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Proposta de adesão da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais;



- 4) Pedido de autorização para transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas (comparticipação nas despesas da XX Semana Cultural);
- 5) Aumento do Capital Social da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e respetiva imputação aos Municípios associados da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Águas Pública no Alentejo;
- 6) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sporting Clube de Viana do Alentejo;
- 7) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sport Club Alcaçovense;
- 8) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município;
- 9) Proposta de aprovação da 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (inclusão do Projeto “Rota Tons de Mármore”);
- 10) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes do Projeto “Rota Tons de Mármore”;
- 11) Proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno (confirmação de deliberação de 2003).

No período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a apreciação a proposta de ata relativa à sessão ordinária realizada no dia 26 de abril de 2017. Neste momento entrou na sala o membro Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, tendo o senhor Presidente da Assembleia perguntado se algum dos membros se opunha à retirada da respetiva falta, não tendo havido qualquer objeção. A referida proposta de ata foi aprovada por unanimidade.

Também no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, realçando o agradecimento enviado pelos filhos do Dr. Mário Soares, em representação da família, após receção da comunicação do voto de pesar aprovado por esta Assembleia, aquando do seu falecimento.

Ainda no período de antes da ordem do dia, o membro João Antunes, em representação dos eleitos do PS, apresentou num único documento um voto de pesar pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande e um voto de louvor pela coragem e altruísmo dos Bombeiros Portugueses. Previamente à sua leitura, distribui o documento a todos os membros, cujo teor integral é o que se segue:



**“VOTO DE PESAR
PELAS VÍTIMAS DO INCÊNDIO DE PEDRÓGÃO GRANDE E
VOTO DE LOUVOR
PELA CORAGEM E ALTRUÍSMO DOS BOMBEIROS PORTUGUESES.**

CONSIDERANDO QUE:

1. Abruptamente e com consequências nefastas, os incêndios florestais voltaram a deflagrar em vários pontos do país, num cenário catastrófico que se repete tragicamente em muitas localidades.
2. O incêndio de Pedrógão Grande e outros concelhos limítrofes, no distrito de Leiria, vitimou mortalmente, até agora, 64 pessoas e fez mais de 150 feridos.
3. Os bombeiros de todo o país, incluindo a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e outras do distrito de Évora, acorreram a auxiliar as populações em perigo, importando, neste momento particularmente difícil, enaltecer o trabalho de todos os bombeiros, assim como o de todas as outras entidades e particulares que estiveram no terreno, no combate às chamas.
4. Lamentavelmente, continua a registar-se, ano após ano, ferimentos e mortes também de bombeiros em muitos dos incêndios que deflagram, sendo heroico o esforço destas mulheres e homens pela sua coragem e altruísmo.
5. O Município de Viana do Alentejo esteve, está e estará sempre ao lado dos Bombeiros portugueses, em geral, e da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, em particular, apoiando nas suas necessidades, bem como no transporte para os locais de incêndio, tal como aconteceu em Pedrógão Grande.

Tendo em consideração a importância que representam para o Município de Viana do Alentejo intervenções fundamentais no domínio da Proteção Civil, a **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO**, convocada em sessão ordinária, de 29 de Junho de 2017, **TENDO EM CONTA O EXPOSTO** deliberou, nos termos regimentais aplicáveis:

- Aprovar **UM VOTO DE PESAR** pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, endereçando às famílias, amigos e população afetada, a sua solidariedade neste momento de grande dor e consternação.
- Aprovar também **UM VOTO DE LOUVOR** pela coragem e altruísmo dos Bombeiros Portugueses.

Viana do Alentejo, 29 de Junho de 2017”



Votado, foi este documento aprovado por unanimidade pelo que irá ser divulgado junto dos Municípios de Pedrógão Grande e envolventes, da Liga dos Bombeiros Portugueses, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, da Autoridade Nacional de Proteção Civil e do Ministério da Administração Interna.

O membro Nuno Grave informou que em representação do senhor Presidente da Assembleia esteve presente na inauguração da Semana Cultural em Alcáçovas, realçando o programa diversificado, as entidades promotoras da iniciativa (Município de Viana do Alentejo e Freguesia de Alcáçovas) e o papel dinamizador importantíssimo das Associações locais. Este membro apresentou de seguida uma Moção relativa à recente nomeação de dois novos administradores para a Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., aumentando de um para três o número de administradores executivos remunerados. Previamente à sua leitura, a Moção foi distribuída a todos os membros, sendo o seu texto integral o que a seguir se transcreve:

“MOÇÃO

No passado mês de abril, foram nomeados dois novos administradores para a empresa Agda – Águas Públicas do Alentejo, S.A., aumentando o número de administradores executivos (remunerados) de um para três e conseqüentemente, ampliando os custos operacionais da empresa em cerca de 200 mil euros/ano.

Trata-se de uma nomeação imposta pelos representantes eleitos pela CDU na AMGAP, apenas com o objetivo de satisfazer clientelismos a favor de um seu militante. Estes custos, como é óbvio, irão já refletir-se nas contas da empresa, podendo resultar num défice tarifário, situação que de acordo com o Contrato de Gestão, Contrato de Parceria Pública e Acordo Parassocial, será compensado com um aumento das tarifas a pagar pelos municípios, ou seja, um aumento do preço da água a suportar pelos consumidores finais.

Em suma, esta imposição dos membros da CDU na AMGAP, para satisfazer um militante, vai criar custos que não se verificavam até este momento, que serão suportados pelos municípios.

A bancada do PS está contra decisões que onerem o funcionamento da Agda e o conseqüente aumento das tarifas da água a pagar pelos municípios, pelo que enviam esta Moção para o Presidente do Grupo Águas de Portugal, S.A., para a AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo e para outras entidades relacionadas com o setor das águas, a repudiar esta decisão e mostrar a rejeição por parte do Município de Viana do Alentejo em aceitar as conseqüências financeiras que esta decisão irá acarretar.

Os membros da Bancada do PS da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo
Viana do Alentejo 29 de junho de 2017”



Relativamente à Moção apresentada, o membro Helena Torrão perguntou quem é o militante do PCP a que o documento se refere ao mencionar que se trata “de uma nomeação imposta pelos representantes eleitos pela CDU na AMGAP, apenas com o objetivo de satisfazer clientelismos a favor de um seu militante.”

O senhor Presidente da Câmara disse que como é sabido a parceria da Empresa Águas Públicas do Alentejo assenta em 49% de capital do Estado e em 51% de capital dos Municípios associados. Até ao passado Mês de abril, o Sr. Eng.º Silva Costa era o único administrador executivo nomeado, tendo-se verificado nesse mês a nomeação, como administradora, da Sra. Eng.ª Susana Ramalho, vinda da Resialentejo e que tinha estado antes na ARECBA. Disse o senhor Presidente da Câmara que os dois municípios do PS que integram o conselho executivo da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo, concretamente Viana do Alentejo e Aljustrel consideram que a nomeação da Sra. Eng.ª Susana Ramalho é puramente política, não sendo correto que apenas no próprio dia da reunião do conselho executivo tenda sido apresentado o currículo da pessoa em causa. Consideram lamentável o modo como este processo foi conduzido, sublinhando que nunca antes ocorreu situação semelhante. Disse o senhor Presidente da Câmara que ele próprio e o seu colega de Aljustrel votaram contra esta nomeação, situação que não a inviabilizou uma vez que estavam quatro membros na reunião do conselho executivo, tendo o respetivo presidente voto de qualidade, em caso de empate.

A Moção foi então posta a votação tendo sido aprovada com doze votos favoráveis e cinco votos contra por parte dos membros eleitos pela força política CDU, concretamente António Inácio Lopes, Joaquim Teixoeira, Helena Torrão, Joaquim Maria Bento e Mário Laranjeiro.

A Moção aprovada será divulgada junto da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo e junto de outras entidades que o senhor Presidente da Câmara indicará, relacionadas com o setor das águas.

O membro Joaquim Maria Bento perguntou porque é que foi impedida hoje pelo Município, a colocação de um outdoor da força política CDU, à entrada de Viana, no sentido Évora – Viana.

O membro José Luis Pacheco, a este respeito, disse que hoje ocorreu um episódio pouco digno, que consistiu na fixação de propaganda eleitoral por parte da CDU, com invasão de propriedade privada. Lamentou o absurdo da situação e leu o que a Comissão Nacional de Eleições refere a propósito de colocação de propaganda eleitoral. Resulta claro que a colocação da propaganda eleitoral é permitida, salvo quando para o efeito forem exigidas obras de construção civil, procedimento que terá de seguir a tramitação legal aplicável. Disse o membro José Luis Pacheco que “isto não é o terceiro mundo, pelo que não se pode chegar à via pública e, sem mais nem menos, começar a arrancar calçada e a invadir propriedade privada para colocar propaganda eleitoral.”



Disse este membro que para colocação de um outdoor da CDU, estava a ser realizada “uma operação urbanística”, com invasão do quintal adjacente ao antigo mercado municipal, cujo muro confina com a via pública em frente à rotunda existente à entrada da vila, no sentido Évora – Viana. A proprietária do referido quintal – Sra. D. Maria do Carmo Dias Lopes, ao constatar que estava uma pessoa no seu quintal, com uma picareta “a abrir buracos”, dirigiu-se de imediato à Câmara Municipal a relatar o sucedido. Disse ter perguntado à pessoa se tinha autorização municipal para executar o serviço em causa, tendo-lhe sido respondido que não. Perante a intenção da Sra. de se deslocar à GNR para apresentar queixa, o chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara – Miguel Bentinho, deslocou-se ao local, tendo-se deparado com uma carrinha da Empresa Gás e Lume. O senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que por determinação superior, o senhor Fiscal Municipal deslocou-se também ao local e informou que a intervenção em causa carecia de licenciamento municipal por configurar uma obra de construção civil. Disse o senhor Vice-Presidente da Câmara ter falado telefonicamente com o candidato da CDU, Sr. Luis Miguel Duarte, tendo-lhe transmitido que a propaganda política pode ser colocada em qualquer lado mas desde que não implique obras que careçam de licenciamento. No âmbito desta ocorrência, foi lavrado um auto de notícia pela fiscalização, acompanhado das respetivas fotografias. Disse ainda o senhor Vice-Presidente da Câmara que é importante que fique claro que não existe a intenção de obstaculizar quaisquer ações da campanha da CDU, embora existam regras a cumprir quando estão em causa obras de construção civil.

O senhor Presidente da Assembleia, a este propósito, referiu que o assunto é bastante delicado, sendo imprescindível o bom senso nesta fase que é já de pré-campanha eleitoral. Resulta claro que não se podem colocar outdoors em propriedade privada e que a respetiva colocação na via pública está sujeita a regras pois não vivemos “no Texas antigo, mas sim em pleno século XXI”. O senhor Presidente da Assembleia apelou assim ao bom senso de todos.

O membro Helena Torrão perguntou se a requalificação do espaço de recreio do Centro Escolar de Viana do Alentejo terá lugar no início do próximo ano letivo.

O senhor Presidente da Câmara referiu que a situação que necessita de intervenção é ao nível do pavimento, devendo ser equacionada a aplicação da garantia relativa à Empreitada em causa.

O membro Helena Torrão manifestou a sua satisfação pelo facto da Câmara Municipal ter deliberado oferecer, para além das fichas de atividades a todos os alunos do 1º ao 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, também os manuais escolares e as fichas de atividades a todos os alunos do concelho que frequentem o 5º e 6º anos do 2º Ciclo do Ensino Básico no próximo ano letivo 2017/2017. Em sua opinião esta medida apenas “peca por tardia”.



O senhor Presidente da Câmara disse que esta intervenção do membro Helena Torrão lhe fez lembrar uma outra, do então Vereador Estevão Pereira, que em 2013, por ocasião da abertura do concurso para a Empreitada de Requalificação do Centro Histórico de Viana, referiu o seu regozijo e o facto de apenas “pecar por tardio”. Isto, quando esse projeto já constava do programa eleitoral da CDU em 1997!...

O membro Helena Torrão disse que a medida de oferta dos manuais escolares já podia ter sido tomada pelo atual executivo há mais tempo e perguntou porque é que só teve início no atual ano letivo. Acrescentou que há Municípios que oferecem os manuais a todos os alunos até ao 12.º ano.

Em resposta, o senhor Presidente da Câmara perguntou porque é que a CDU, enquanto liderou o executivo municipal, não deliberou a oferta dos manuais escolares?

O membro Helena Torrão, ainda a este propósito, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se a sua gestão é baseada no que a CDU fez ou não fez anteriormente ou naquilo que são os seus propósitos.

O senhor Presidente da Câmara, ainda a propósito da oferta dos manuais escolares, disse que foi considerado pela atual maioria, que estão agora reunidos os fatores que permitem conceder esses benefícios às famílias. Recordou que os impostos municipais estão no mínimo, que se verifica uma quebra na receita proveniente do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, pelo que tem de ser feito um esforço no sentido de manter a situação equilibrada.

O membro João Antunes considera que em tempo de constrangimentos, as medidas de apoio têm de ser tomadas progressivamente, considerando irreal ir oferecer os manuais a todos os alunos até ao 12.º ano. Disse este membro que “se formos intelectualmente sérios, temos de reconhecer o bom trabalho que este executivo municipal tem feito em matéria de Educação”. Em sua opinião, no passado, o ensino estava muito esquecido. Sublinhou ainda que este ano o Programa Summer decorrerá durante cinco quinzenas.

O membro Helena Torrão recordou que no passado existia a Oficina da Criança.

O senhor Presidente da Câmara, pelo facto do membro Helena Torrão ter falado na Oficina da Criança, recordou que numa sessão anterior a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas perguntou onde estava a Oficina da Criança na referida localidade.

A propósito do Programa Summer, o membro Helena Torrão referiu-se à impossibilidade de participação das crianças na faixa etária dos 3 aos 6 anos, particularizando que a sua filha mais velha pode participar mas a mais nova não. Relatou que em conversa com a mãe de uma criança, esta lhe disse que a filha não tinha tido entrada no Programa Summer mas que após falar com o senhor Presidente da Câmara conseguiu que ela fosse admitida. Disse o membro Helena Torrão que o senhor Presidente da Câmara saberia perfeitamente a quem se está a referir... O membro Helena Torrão acrescentou que o Programa Summer dá resposta a uns mas não a outros e que se tivesse havido vontade, o mesmo poderia ter sido alargado, sendo de realçar a qualidade das pessoas afetas a esta iniciativa.



O senhor Presidente da Câmara disse que as questões que lhe chegaram sobre o Summer foram passadas aos Técnicos.

O senhor Presidente da Câmara referiu que como é óbvio que o Município não tem capacidade para colmatar todas as insuficiências em todas as áreas mas que é bom que se sublinhe o grande esforço que este executivo tem feito em matéria de Educação, nomeadamente com a construção do novo Centro Escolar, com obras no edifício da antiga cantina, com melhoramentos na Escola de Aguiar... Disse ainda o senhor Presidente que não ouviu ainda os eleitos da CDU comentarem que a Oficina da Criança só se preocupava com uma freguesia do concelho, dado que só existia na freguesia de Viana.

O membro João Antunes, relativamente ao Programa Summer, referiu que este é o sétimo ano de funcionamento do Programa, iniciado em 2011, tendo as vagas aumentado de quarenta e cinco para sessenta.

O senhor Presidente da Câmara sublinhou o aspeto do aumento das vagas, referindo que passar de quarenta e cinco para sessenta faz muita diferença e que existem muitos dias em que dois autocarros municipais estão afetos exclusivamente às atividades do Programa Summer.

O membro João Antunes disse que no âmbito deste Programa é de valorizar os técnicos, os monitores e os voluntários que nele participam. Salientou que poucos Municípios da dimensão do de Viana do Alentejo, apresentam uma tão vasta oferta de atividades. Em sua opinião não é boa prática “dizer mal só por dizer”.

O membro Fernando Janeiro, concordando com o princípio de que a Educação deverá ser tendencialmente gratuita, considerou muito importante para as famílias a medida do executivo municipal de oferecer os manuais escolares. Disse constatar aquilo que lhe parece evidenciar alguma incoerência por parte dos eleitos da CDU pois nalguns casos consideram que o Município não se deveria substituir ao Poder Central, assumindo encargos para os quais não tem competência (de recordar as posições manifestadas quanto a obras estruturantes como a Requalificação do Paço dos Henriques, a Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa) e noutros casos consideram benéfica essa substituição...!

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que para além do membro Helena Torrão, seria bom que outros eleitos da CDU interviessem, não havendo possibilidade de cedência de tempos de intervenção entre membros, nos termos do Regimento em vigor.

O membro Helena Torrão, ainda relativamente ao Programa Summer e na sequência da intervenção do membro João Antunes a este propósito, disse que é bom clarificar que não está contra o Programa. Considera que há aspetos a melhorar e disse perceber os constrangimentos existentes. Acrescentou que “se achasse que o Programa era mau, nunca lá poria a sua filha”. Disse ainda que como tendencialmente o executivo pretende melhorar o funcionamento do Programa – e este ano melhorou substancialmente no que concerne às inscrições, com menor tempo de espera – se atreve a sugerir que seja organizada uma



versão “Summer para os mais novos”. Disse que esta sua sugestão provém do facto de existirem crianças na faixa etária dos 3 aos 6 anos que não têm avós ou outros familiares que possam ficar com elas no período das férias escolares. O membro Helena Torrão elogiou os colaboradores do Programa Summer, evidenciando as duas pessoas que lideram as atividades e que muito trabalham. O membro Helena Torrão, na sequência da intervenção do membro Fernando Janeiro, disse que tudo aquilo que respeita a Educação e Ação Social “diz-lhe muito”. Acrescentou que no que concerne à Educação é ainda mais “arrojada” e considera que os Municípios “devem abrir os cordões à bolsa e irem para lá do que são as suas competências nesta matéria”.

O membro Sara Pajote observou que quando se fala no Programa Summer, a referência deve ser global e reportar-se às três freguesias do concelho. Acrescentou que em todas elas, as pessoas envolvidas trabalham incansavelmente. Quanto à sugestão de possibilidade de inscrição de crianças na faixa etária dos três aos seis anos, disse este membro que essa faixa etária é complexa e que não foi de ânimo leve que não foi abrangida. Acrescentou que há crianças nessa faixa etária que ainda usam fralda pelo que até ao nível do apoio técnico se colocam limitações. Corroborando o que anteriormente referiu o senhor Presidente da Câmara, o membro Sara Pajote disse que “O Município não pode assegurar tudo”. Saliu ainda os benefícios decorrentes dos preços praticados (entre cinco e vinte euros por quinzena), realçando que existem situações em que cada criança paga vinte euros por dia. Disse que em sua opinião terá de haver muita ponderação nas decisões que se tomarem sobre estas matérias.

O senhor Presidente da Câmara agradeceu ao membro Helena Torrão as sugestões que deu para o próximo Programa Summer a iniciar em junho de 2018 e o voto de confiança, já que acha que será a atual maioria a conduzir as atividades no próximo ano, após vencer as Eleições Autárquicas.

O senhor Presidente da Câmara, referindo-se à necessidade de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, sublinhou que para além da Requalificação da Escola, este executivo gostaria de oferecer os manuais escolares a todos os alunos e de executar muitas outras ações mas tem de ter consciência de que os recursos não são ilimitados. Disse ainda que o membro Helena Torrão referiu que em sua opinião “os Municípios devem abrir os cordões à bolsa”. Em sua opinião, isto só pode ser dito “por quem não está no terreno”, dado que diariamente o Município faz exatamente isso. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o membro Helena Torrão referiu aspetos que melhoraram este ano no Programa Summer. Agradeceu esse reconhecimento e disse que embora não seja possível chegar à perfeição, o objetivo é a melhoria contínua e sustentada das ações, estando convicto de que em junho de 2018, terá início mais uma edição do Programa Summer, ainda com mais qualidade.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período destinado à intervenção do público:



Interveio a senhora D. Margarida Garrido que referiu ter estado há sensivelmente um ano numa sessão deste órgão, manifestando a sua preocupação com os direitos dos animais e apelando ao Município para que fosse ao encontro da legislação que estava em fase de análise na Assembleia da República, no sentido de proibir o abate de animais saudáveis nos canis municipais. Na ocasião, disponibilizou-se para ajudar no trabalho de sensibilização que o Município entendesse fazer junto dos munícipes. Disse hoje esta senhora que já foi publicada a Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que regulamenta a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, fixa as normas que regulam o destino dos animais acolhidos nesses centros e estabelece normas para o controlo dos animais errantes. Acrescentou que esta Portaria veio regulamentar diversas matérias já constantes da Lei n.º 146/2017, de 26 de abril, que estabeleceu a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização. A senhora D. Margarida Garrido fez notar que este processo é irreversível e que convém que a Assembleia Municipal tenha isso presente. Acrescentou que nos termos da Portaria que referiu, a Direção-Geral das Autarquias Locais e a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária irão promover o recenseamento dos Centros de Recolha Oficial dos Animais de Companhia, através de inquérito que enviarão aos Municípios. Disse ainda a senhora D. Margarida Garrido que há medidas muito importantes a tomar pelos Municípios nesta matéria, designadamente a nível de campanhas de esterilização, protocolos com clínicas veterinárias e ações de sensibilização junto dos munícipes, para as quais manifestou a sua disponibilidade para colaborar. Acrescentou não perceber os motivos pelos quais o Município não divulga numa página de facebook quais os animais que tem no canil. Constatou estar a ser muito difícil encontrar adotantes junto da população local, neste Município. Relatou que em Ferreira do Alentejo é conseguido um número razoável de adoções junto da população local. Disse ainda que tem sido ela própria a efetuar a divulgação dos animais para adoção neste Município mas que não está mais disponível para isso, uma vez que o próprio Município tem ao seu serviço gente jovem que pode efetuar essa tarefa.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que os eleitos neste órgão estão sensibilizados para a matéria referida pela senhora D. Margarida Garrido e se porventura ela tem a sensação que não, está errada. Em sua opinião, a Câmara Municipal tem avançado alguma coisa em termos de proteção dos animais mas sendo o período difícil, primeiro estão as pessoas e depois os animais. Acrescentou que após publicação da legislação, não se pode fazer tudo ao mesmo tempo e não se pode recuperar num ano aquilo que não foi feito em quarenta.

A senhora D. Margarida Garrido disse que é urgente pôr termo às situações que vêm acontecendo, frisando que “os animais não estão a tirar nada às pessoas”.

O senhor Presidente da Assembleia voltou a frisar que a prioridade são as pessoas até porque são estas que tratam dos animais.



O senhor Presidente da Câmara sublinhou que contrariamente ao que parece ser a preocupação da senhora D. Margarida Garrido, o Município tem feito algum trabalho nesta matéria. Disse que irá providenciar para que sejam divulgados na página de facebook do Município os animais disponíveis para adoção, embora na sua opinião, tal facto não implique necessariamente que todos os animais venham a ser adotados. O senhor Presidente da Câmara referiu ainda que nas feiras, apesar do esforço do Município, o máximo que já se conseguiu foram duas adoções. Acrescentou que existe despesa feita pelo Município nesta matéria, designadamente com vacinas, esterilizações, transporte de animais e alimentação.

A senhora D. Margarida Garrido observou que em Lisboa, Sintra, Oeiras e Cascais não se abatem animais e que em Lisboa não existem animais na rua. Em sua opinião, está em causa a sensibilização e educação das pessoas, a começar nas escolas. Referiu estar disponível para participar numa sessão para os alunos, se o Município entender convidá-la para o efeito.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente aos custos decorrentes de ações de esterilização, disse que o Município só os poderá suportar se houver financiamento. Disse ainda que não pode ser de ânimo leve que o Município decide construir um canil quando pode ponderar outras alternativas, nomeadamente o CAGIA – Canil/Gatil Intermunicipal da Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M., em Beja e o Canil Intermunicipal da GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, E.I.M., em Évora.

O senhor Presidente da Câmara deu ainda nota de que junto das Escolas foi também feito um trabalho de sensibilização para a causa animal, através de uma ação conduzida por uma empresa prestadora de serviços ao Município.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara – Relativamente à informação sobre a atividade da Câmara, o membro Helena Torrão perguntou os motivos pelos quais foi pedida uma reunião com a Senhora Secretária de Estado Para a Cidadania e Igualdade, Dr.ª Catarina Marcelino, reunião que decorreu no dia 15 de maio, na sequência do homicídio ocorrido em Alcáçovas no dia 6 de maio.

O senhor Presidente referiu que considerou oportuno reunir com a Senhora Secretária de Estado dado que a mesma se mostrou preocupada com esta problemática. É intenção vir a celebrar um Protocolo com diversas entidades com vista à realização de algumas ações no concelho.

Ainda relativamente à informação sobre a atividade da Câmara e porque a confirmação é muito recente não constando do documento que foi enviado aos membros da



Assembleia, o senhor Presidente informou que foi incluído no Pacto de Coesão e Desenvolvimento Territorial um montante superior a 1.000.000,00 € (um milhão de euros) do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, pelo que existem condições para se poder avançar com a Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa de Viana do Alentejo. Ao Município competirá adjudicar o projeto e lançar a obra. A contrapartida nacional será suportada em partes iguais pelo Município e pelo Ministério da Educação. O senhor Presidente informou que provavelmente na próxima semana será enviado o convite para adjudicação do respetivo projeto, no qual será previsto um montante total de investimento próximo de 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros).

O membro José Luis Pacheco mostrou-se bastante satisfeito por verificar a flexibilidade que o atual executivo demonstra na resolução dos problemas. No caso concreto da Escola Dr. Isidoro de Sousa e perante a informação que o senhor Presidente da Câmara acabou de veicular, passou-se das críticas contra o amianto, que serviam apenas de “bandeira política” e está-se a fazer gestão de encontro às necessidades das pessoas. Este membro elogiou o trabalho do executivo que muito tem feito quanto ao Parque Escolar. Em sua opinião tem feito “muito e bem”.

O senhor Presidente da Câmara, ainda em complemento da informação escrita sobre a atividade da Câmara, referiu que foi hoje assinado o contrato com a Empresa Protecnil – Sociedade Técnica de Construções, S.A., relativo à Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Alcáçovas, o qual seguirá para fiscalização prévia do Tribunal de Contas. O senhor Presidente da Câmara disse ainda que mantém a expectativa de obtenção de financiamento para o Centro Social de Aguiar. Caso isso não seja possível, o Município tenciona avançar para a construção do mesmo recorrendo à contratação de um empréstimo bancário, se houver permissão legal para o efeito. O senhor Presidente da Câmara disse que o conjunto de projetos em curso e previstos para o concelho atinge sensivelmente o montante de cinco milhões de euros.

O membro José Luis Pacheco referiu que a realização de obras no concelho é importante também na perspetiva de contribuir para a criação de emprego pois tem havido a preocupação, por parte do atual executivo, de sensibilizar os empreiteiros adjudicatários para que recrutem mão-de-obra local.

O membro João Antunes saudou o executivo municipal pelo excelente trabalho desenvolvido a nível de Educação, quer com a construção do novo Centro Escolar quer, agora, com a Requalificação da Escola Dr. Isidoro de Sousa. Recordou que a propósito da necessidade de intervenção urgente na Escola foi anteriormente aprovada uma Moção pela Assembleia Municipal. O membro João Antunes congratulou-se pelo facto da Escola Dr. Isidoro de Sousa poder ser Requalificada, graças à perseverança do Município que em parceria com o Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo e com as Estruturas Regionais competentes, levará a bom porto a concretização desse objetivo.



O senhor Presidente da Câmara disse ainda que em parceria com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora, o Município está a tentar promover a ocupação e mão-de-obra do concelho em trabalhos numa pedreira.

Ponto três) Proposta de adesão da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais – Sob proposta do senhor Presidente da Assembleia, foi deliberado por unanimidade que esta Assembleia adira à Associação Nacional de Assembleias Municipais, devendo esta deliberação ser comunicada à direção desta Associação, sediada na freguesia de Cedofeita, concelho do Porto.

Ponto quatro) Pedido de autorização para transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas (comparticipação nas despesas da XX Semana Cultural) – Sem a presença do membro Sara Pajote que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas manifestou o seu impedimento, a Assembleia deliberou, com dezasseis votos favoráveis, autorizar a transferência para a Freguesia de Alcáçovas, da importância de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros) como participação nas despesas inerentes à vigésima Semana Cultural de Alcáçovas, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.

Ponto cinco) Aumento do Capital Social da AdgA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e respetiva imputação aos Municípios associados da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo – O senhor Presidente da Câmara apresentou sumariamente este assunto referindo que no passado dia 3 de março, a Assembleia Intermunicipal da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão de Água Pública no Alentejo, debruçou-se sobre o tema “subscrição de capital social da AdgA – Águas Públicas do Alentejo, SA”, no seguimento do contrato de Parceria e do EVEF – Estudo de Viabilidade Económico-financeira do SPPIAA – Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo. Na sequência da discussão e debate sobre os diferentes cenários de subscrição, foi deliberado aprovar o que corresponde ao índice que vem sendo aplicado desde o início da parceria, ajustado pela saída do Município de Ferreira do Alentejo. Também foi aprovado que a subscrição do capital social será dividida em duas prestações de 50% a subscrever nos anos de 2017 e de 2018. O valor total da subscrição do capital social será de 1.778.995,00€ (um milhão, setecentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e cinco euros), cabendo à AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão de Água Pública, no Alentejo, contribuir com 20% desse montante, ou seja, 355.799,00€ (trezentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e nove euros). Ao Município de Viana do Alentejo, caberá contribuir com o montante de 34.831,14€ (trinta e quatro mil oitocentos e trinta e um euros e catorze cêntimos), repartido entre os anos de 2017 e 2018 (17.415,57€ em cada ano).

A Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a transferência da quota parte do Município no aumento do capital social da AdgA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. e



autorizar a assunção dos compromissos plurianuais daí decorrentes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março.

Ponto seis) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sporting Clube de Viana do Alentejo – Durante a discussão e votação deste ponto da ordem de trabalhos não esteve presente o membro João Anéis, por motivo de impedimento.

O senhor Presidente da Câmara apresentou o pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes do futuro Contrato-Programa a celebrar com o Sporting Clube de Viana do Alentejo, prevendo-se que as verbas a transferir nos anos de 2017 e 2018, sejam respetivamente de 31.500,00 € (trinta e um mil e quinhentos euros) e de 13.500,00 € (treze mil e quinhentos euros), reportando-se ambas a despesas correntes.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, a Assembleia deliberou, com dezasseis votos favoráveis, autorizar a assunção dos encargos plurianuais respetivos.

Ponto sete) Pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com o Sport Club Alcaçovense – O senhor Presidente da Câmara apresentou o pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes do futuro Contrato-Programa a celebrar com o Sport Club Alcaçovense, prevendo-se que as verbas a transferir nos anos de 2017 e 2018, sejam respetivamente de 22.050,00 € (vinte e dois mil cinquenta euros) e de 8.700,00 € (oito mil e setecentos euros), reportando-se ambas a despesas correntes.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção dos encargos plurianuais respetivos.

Ponto oito) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município – O senhor Presidente da Câmara referiu que estando agendado para amanhã o 5.º Encontro de Empresários dom concelho, exarou hoje mesmo um despacho, substituindo-se à Câmara, determinando a submissão à Assembleia Municipal do pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Casa Maria Vitória, de Alcáçovas, para que a referida Medalha possa ser entregue no Encontro de Empresários. Disse o senhor Presidente



da Câmara que o Município tem a maior consideração por todos os empresários do concelho e tem procurado ter um papel facilitador junto dos mesmos. Contudo, deverá ser reconhecido que a Casa Maria Vitória, de Alcáçovas, tem sido um grande elemento aglutinador, a nível do emprego, principalmente para a Freguesia de Alcáçovas. Para além de representar a continuidade da tradição doceira local, a Casa Maria Vitória tem vindo a assumir-se como uma das principais empregadoras do concelho, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do território. As diversas distinções obtidas no campo empresarial nos últimos anos são um testemunho evidente do cariz inovador e distintivo da atividade desta Empresa.

O membro Helena Torrão perguntou ao senhor Presidente da Câmara porque é que a intenção de atribuição da Medalha só surgiu após a reunião da Câmara ontem realizada.

O senhor Presidente da Câmara referiu que só depois dessa reunião surgiu a ideia.

Votado o pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Casa Maria Vitória, de Alcáçovas, foi o mesmo aprovado por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 6.º e 9.º do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas.

Ponto nove) Proposta de aprovação da 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (inclusão do Projeto “Rota Tons de Mármore”) – O senhor Presidente da Câmara apresentou a segunda proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, referindo que a mesma se consubstancia na inclusão do Projeto “Rota Tons de Mármore”. Disse o senhor Presidente da Câmara que existem cinco Municípios que integram este projeto, iniciado em 2013. Acrescentou que acerca deste projeto participou numa reunião no Instituto do Turismo de Portugal, tendo sido transmitida a possibilidade de vir a ser obtido financiamento. Sendo um projeto supra municipal, o Município de Viana do Alentejo será “ajudado” pelos outros que já têm a rota implementada. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que é a Empresa SPIRA, sediada em Vila Nova da Baronia e com trabalho reconhecido nas áreas da conceção, execução e produção de projetos de Revitalização Patrimonial, que apoiará a elaboração da candidatura. O senhor Presidente da Câmara acrescentou ainda que atendendo a algumas insuficiências que se têm verificado no GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico do concelho, derivadas sobretudo da saída da Técnica Superior Linda Baixinho, o surgimento da Empresa SPIRA, propondo-se efetuar a candidatura para um projeto que pode ser financiado a 90%, foi muito bem aceite. Votada a segunda proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto dez) Pedido de autorização para assunção dos encargos plurianuais decorrentes do Projeto “Rota Tons de Mármore” – Na sequência da aprovação da inclusão no Plano Plurianual de Investimentos do Projeto “Rota Tons de Mármore”, o senhor Presidente da



Câmara referiu que a despesa total inerente a este projeto está prevista em 120.000,00 € (cento e vinte mil euros), distribuída do seguinte modo:

- a) 70.000,00 € (setenta mil euros) para estudos e consultadoria, sendo 30.000,00 € em 2017 e 40.000,00 € em 2018;
- b) 50.000,00 € (cinquenta mil euros) para despesas de capital (escadas, passadiços, etc.), só em 2018.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação dada pelas Leis n.ºs 20/2012 de 14 de maio; 64/2012 de 20 de dezembro; 66-B/2012 de 31 de dezembro e 22/2015 de 17 de março, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção dos encargos plurianuais respetivos.

Ponto onze) Proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno (confirmação de deliberação de 2003) – Ao abrigo do disposto na alínea q) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 74,6 m², pertencente ao arruamento da Rua do Progresso, em Viana do Alentejo, conforme proposto pela Câmara Municipal.

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público.

A senhora D. Sara Pajote referiu que “não caíram em cesto roto” as diligências feitas quer pela Câmara de Viana quer pela Junta de Freguesia de Alcáçovas quanto à necessidade de intervenção no apeadeiro de Alcáçovas. Efetivamente o apeadeiro está a ser intervencionado, conferindo uma maior dignidade ao local e maior conforto aos passageiros, sendo de realçar a brevidade no início da intervenção.

Referiu-se ainda a senhora D. Sara Pajote à vigésima semana cultural que decorreu em Alcáçovas, entre 16 e 26 de junho corrente. Em sua opinião o balanço é muito positivo tendo contribuído para o sucesso desta semana cultural o programa diversificado, a continuidade da parceria entre o Município e a Freguesia de Alcáçovas e o movimento associativo local que teve oportunidade de elogiar quer na abertura quer no encerramento da iniciativa. A senhora D. Sara Pajote realçou dois grandes espetáculos realizados na Semana Cultural, proporcionados por Associações locais. Um deles esteve a cargo da Banda da Sociedade União Alcaçovense e convidados e o outro, que encerrou a quinzena, esteve a cargo da Associação Grupo Seara Nova com grupos do concelho e que constituiu a segunda edição da Música Alentejana a gostar dela própria. A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu que a semana cultural que tem decorrido anualmente em Alcáçovas, tem dado continuidade ao que já existia, alterando apenas o formato. Acrescentou nunca se ter querido apropriar da criação do evento pois o mesmo teve uma



criadora e teve sucessivos executivos que o desenvolveram, tal como se prevê que venha a acontecer nos mandatos seguintes, quanto a iniciativas criadas nos mandatos em que esteve à frente da Junta de Freguesia.

O senhor João Penetra, na sequência da intervenção do membro José Luis Pacheco que referiu que as obras no concelho ajudam a criar emprego local, disse que há uns anos atrás, aquando da construção das Zonas Industriais e de novos Loteamentos, se recorda de haver alguém a desvalorizar o argumento da criação de emprego, alegando que a mesma não era sustentável. Disse o senhor João Penetra que, ainda assim, a sua opinião foi sempre favorável. Disse ainda o senhor João Penetra que o senhor Presidente da Assembleia referiu que se a CDU liderasse os destinos do concelho, não seria possível a Requalificação da Escola Dr. Isidoro de Sousa. A este propósito, o senhor João Penetra lembrou que foi construída a Escola Básica Integrada em Alcáçovas, no tempo do executivo de maioria CDU, tendo o Município colmatado essa lacuna do Poder Central.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que determinados procedimentos e princípios da CDU revelam depois algumas incoerências com a sua prática no terreno, tendo o senhor João Penetra dito que não considera que o sejam pois enquanto foi Presidente da Câmara Municipal de Alvito assumiu a construção de uma Escola. O senhor Presidente da Assembleia retorquiu, enfatizando que isso era precisamente uma incoerência.

O senhor Manuel Jorge Rafael congratulou-se pela parceria existente entre o Município e o Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Évora que possibilitou o funcionamento do curso de Olaria. Em sua opinião é de louvar este incentivo à tradição que todos desejam manter.

O senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do senhor Manuel Jorge e referiu que o que se está a fazer com a Olaria se pretende alargar aos chocalhos, aos mármore e a outras artes. Disse ser intenção do Centro de Emprego criar um outro curso de continuidade ao atual com equivalência ao 12.º ano pois considera que a duração de catorze meses do atual curso de Olaria é pequena para que os alunos aprendam as técnicas integralmente. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Évora, tem um stand na Feira de S. João e está a oferecer a todos os visitantes institucionais, uma pequena peça de barro feita pelos formandos do curso de Olaria de Viana. O senhor Presidente da Câmara convidou os presentes a deslocarem-se ao referido stand, no próximo sábado, às 18:00 horas, podendo assistir a uma demonstração ao vivo, por parte dos alunos do curso de Olaria.

O senhor Manuel Jorge referiu ainda ser sua convicção que esta é a oportunidade para que haja continuidade na arte da Olaria e que se a mesma não fôr aproveitada, acabarão os oleiros em Viana.

O senhor Presidente da Câmara disse ter a forte convicção de que sairá do curso alguém que pretenda iniciar a atividade, estando o Instituto do Emprego e Formação Profissional disponível para ajudar na criação do próprio emprego. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o oleiro Feliciano Agostinho também já se mostrou disponível



para contratar uma ou duas pessoas no final da formação. Finalmente o senhor Presidente da Câmara enalteceu o papel do senhor Dr. José Ramalho, Diretor-Adjunto do Centro de Emprego de Évora, grande impulsionador do curso de Olaria em Viana do Alentejo.

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o segundo período destinado à intervenção do público.

O senhor Presidente da Câmara ofereceu a todos os membros da Assembleia e ao público presente, um exemplar do livro *A Vida em Palco*, de João Maria Ilhéu, com coordenação de Nuno Grave e edição do Município de Viana do Alentejo e do Crédito Agrícola.

O senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão à uma hora e quinze minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezassete.

Aprovada a 8 de setembro de 2017.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
